

**ESPORTE, COMPETIÇÃO E A CRIANÇA:
PONTOS DE VISTA**

Herton Xavier Corseuil¹

Luís Sérgio Preres¹

1. Introdução

Muito se tem discutido sobre o envolvimento de crianças em atividades esportivas competitivas, visto que nos dias atuais milhares delas são levadas a este envolvimento, desvelando diferentes interpretações sobre o tema. Abordar este assunto torna-se um pouco difícil e, ao mesmo tempo, bastante interessante de investigar e discutir, devido à própria carência de dados sobre os motivos que levam as crianças a entrarem no esporte e também a carência de informações sobre as modificações comportamentais que ocorrem através dos resultados de tal envolvimento.

Muitos pais, professores e estudiosos acreditam que aspectos como disciplina, perseverança, lealdade e dedicação, inerentes às atividades esportivas, são fatos positivos que contribuem na formação da personalidade de crianças em desenvolvimento. Outros compreendem que a formação de um espírito competitiva, através do esporte, é vantajosa, pois esta competitividade pode ser transferida para a vida social e profissional, melhor preparando a criança para enfrentar a vida. Existe, ainda, os que consideram a etapa de treinamento como um importante instrumento que proporciona uma melhora da condição física e motora e, portanto, influi na qualidade de vida das crianças, tornando-as mais saudáveis. Entretanto, muitos pesquisadores acreditam que o envolvimento de crianças em eventos esportivos competitivos pode trazer riscos consideráveis em relação ao desenvolvimento de suas personalidades, considerando-se as formas e métodos de treinamento, que são específicos em demasia, não proporcionando uma diversificação

¹ Professor Assistente do Curso de Educação Física da Unioeste.

de experiências motoras (tão necessárias ao seu desenvolvimento), a explicitação dos objetivos para as crianças atletas, que muitas vezes não são os *seus* objetivos, e sim o dos adultos treinadores, e ainda, considerando-se a questão da prontidão, por parte da criança, prontidão esta relacionada a fatores biológicos, psicológicos, motores, afetivos, intimamente ligada à noção de maturação e desenvolvimento. (Malina apud CONCEIÇÃO, 1994).

Quando os métodos de treinamento são demasiados exigentes, isto é, não são adaptados e não respeitam as reais condições físicas e motoras nas quais as crianças se encontram, e quando os objetivos não são claramente discutidos junto aos jovens atletas, existe a possibilidade de não virem a contribuir na promoção de um autoconceito equilibrado e coerente, que contemple a percepção de suas próprias potencialidades e limitações. Muitas vezes as crianças são submetidas à situação de competição contra a sua própria vontade, seguindo os interesses dos adultos, os quais buscam satisfazer suas próprias expectativas no esporte, enfatizando demasiadamente a vitória. Assim procedendo, uma grande carga de responsabilidade será colocada sobre a criança, na forma de pressão, que encadeará um estado de ansiedade bastante negativo a sua participação no esporte e ao seu próprio desenvolvimento.

CRATTY (1984) comenta que expor crianças muito jovens a circunstâncias competitivas poderá diminuir sua motivação para atividades atléticas futuras. O autor diz ainda, que importantes considerações devem ser feitas no sentido de determinarmos as mudanças experimentadas pelas crianças, estas relacionadas à diminuição ou aumento da auto-estima, a aceitação ou rejeição de condutas agressivas, bem como as modificações nos seus níveis de ansiedade gerada.

Com base nestas considerações acima expostas, o presente artigo tem por objetivo buscar diferentes pontos de vista na literatura, e traçar algumas considerações pessoais na intenção de delinear um melhor entendimento da questão, visando esclarecer, a quem possa interessar, sobre as diferentes concepções e crenças a respeito do assunto.

2. Desenvolvimento

A participação de crianças em atividades esportivas competitivas é um fato marcante e comum nos dias atuais. Podemos perceber que um número expressivo de crianças na faixa etária dos 5/7 anos de idade já está

participando de eventos esportivos de caráter competitivo, determinando inclusive, iniciativas e procedimentos de mudanças de regras e demais legislações esportivas oficiais, por parte dos organizadores, no sentido de buscar uma forma adaptada e condizente com a faixa etária.

Na tentativa de explicitar diferentes concepções a respeito do tema, a seguir serão determinados alguns tópicos de discussão que nos demonstrarão em que esferas do pensamento os estudiosos estão desenvolvendo seus pontos de vista.

2.1. A motivação

Muitos estudiosos investigaram (e ainda o fazem) a respeito dos motivos pelos quais as crianças buscam o envolvimento em atividades esportivas.

PAYNE & ISAACS (1991) dizem que as crianças buscam o esporte por diversas razões, como: melhorar as habilidades, ter alegrias, estar com os amigos, fazer parte de um grupo, ter experiências excitantes, vencer, receber prêmios e adquirir maior aptidão física. Atualmente, o prestígio, ligado ao sucesso esportivo, também desperta nas crianças o interesse em começar o treinamento de um determinado esporte em idades bastante precoces, fato este muito influenciado pelos meios de comunicação.

CRATTY (1984) argumenta que a questão da motivação infantil para o esporte é de difícil entendimento, pois é envolvida por um grande número de fatores, dentre os quais está a própria diferença existente entre os motivos destas, com os motivos de atletas mais velhos, impossibilitando comparações. Cratty questiona também se existe, na criança, estágios de desenvolvimento nos quais ela fica mais motivada para ter bons desempenhos físicos. O autor ainda faz citações de outros estudiosos como o polonês Minossouro, que declarou que crianças com menos de cinco anos tendem a ficar excitadas e com maior eficiência quando ativadas pela presença de outros, em várias tarefas. Cita, também, os estudos de Strong, o qual empregou diversos exercícios de aptidão em crianças e declarou que a competição era o motivador principal. Embora considere que os estudos sobre a motivação infantil que possuem uma boa base teórica são raros, Cratty cita, ainda, as investigações de Alderman, as quais consideram como importantes contribuições para a compreensão do tema. Alderman demonstrou a força relativa dos motivos

de jogadores de hóquei canadenses de 11 a 14 anos, através de um questionário, e apresentou os seguintes resultados: a aceitação social foi o item de maior percentual, seguido pela excelência, tensão, sucesso, agressividade, poder e independência.

CRATTY (1984) distingue dois tipos de motivação: a intrínseca e a extrínseca. A primeira seria a estimulação da criança pela própria tarefa, a outra se relaciona a um esforço modelado por prêmios materiais e sociais, externos à natureza e ao interesse na tarefa. Thomas e Tennant, também citados por Cratty, julgam que as crianças motivadas intrinsecamente possuem maiores níveis de persistência e desempenho na realização de tarefas, do que as que requerem reforçadores externos.

TANI, TEIXEIRA & FERRAZ (apud CONCEIÇÃO, 1994) comentam que a recompensa extrínseca pode ser utilizada com diferentes objetivos, sendo um deles o de motivar a criança a envolver-se com o esporte e dar continuidade a sua prática. Porém, se o resultado final da competição implica em poucas pessoas experimentarem o sucesso e muitas o insucesso, como manter as crianças no esporte se apenas os vencedores ou aquelas que sentem ter chances de vitória vão continuar motivadas pela participação? Quando a competição é transformada em motivação única de participação no esporte, as desistências ou esgotamentos precoces podem ser esperados. Na tentativa de amenizar, é muito comum afirmar-se que a participação, e não a vitória na competição, deve receber recompensa extrínseca, possibilitando assim que todas as crianças sintam prazer e satisfação em participar de esportes competitivos, pelo fato de receberem medalhas. A recompensa pode motivar a criança a se envolver em competição, mas se ela for determinada independente dos resultados alcançados pode provocar uma diminuição na motivação intrínseca da criança. Se todos forem recompensados, elas poderão desvalorizar comportamentos como capacidade e esforço, inerentes aos resultados, questionando o porquê de se esforçar ou vencer, pois a motivação intrínseca relaciona-se diretamente com estes comportamentos. Entretanto, se a recompensa ao vencedor for excessivamente enfatizada, fazendo da competição apenas um meio para obtê-la, as satisfações e benefícios inerentes à própria atividade serão consideradas coisas secundárias, podendo eliciar a busca da vitória a qualquer preço, gerando comportamentos agressivos e legitimando procedimentos não condizentes e distantes de uma contribuição ao desenvolvimento harmônico e saudável das crianças.

2.2. *Prontidão*

Considerar a criança como pronta para a participação no esporte e em competições é uma situação na qual devemos avaliar e considerar esta prontidão, observando os diversos domínios do seu comportamento, tais como: prontidão psicológica, social, moral, cognitiva, motora, física e fisiológica, pois as demandas do esporte envolvem estes componentes, os quais compõem a própria estrutura do processo de desenvolvimento do ser humano. (TANI, TEIXEIRA & FERRAZ apud CONCEIÇÃO, 1994).

Esta compartimentalização do desenvolvimento humano tem causado muitas discussões entre os estudiosos, pois permite subentender que o homem é formado por entidades independentes, característica preconizada por René Descartes, no século XVII - Dualismo Filosófico Corpo-Mente. Porém, GALLAHUE & OZMUN (1995) comentam que o desenvolvimento abrange todos os aspectos do comportamento humano e, como consequência, permite ser analisado artificialmente em domínios, estágios ou períodos de idade, por proporcionar conveniências às discussões e estudos do desenvolvimento humano.

Sendo assim, TANI, TEIXEIRA E FERRAZ apud CONCEIÇÃO, 1994) discutem a problemática da prontidão para o esporte da seguinte forma: prontidão psicológica e social; prontidão motora; prontidão física e fisiológica; e prontidão cognitiva e moral.

2.2.1 *Prontidão psicológica e social*

Passer afirma que a criança está apta para participar em esportes competitivos quando é capaz de compreender a competição enquanto processo de comparação social, pois analisando estudos em diversas linhas de investigação, estes sugerem que é nos primeiros anos escolares (6/7 anos) que a maioria das crianças desenvolve o interesse em comparar-se a seus iguais, e buscam situações competitivas ligadas a este valor comparativo. Ainda, o autor diz que a compreensão do processo de competição é bastante complexa, pois além da questão motivacional, esta compreensão em níveis maduros é dependente da própria percepção das relações causais existentes no processo. A busca da criança pela competição como processo de comparação, normalmente se dá com o objetivo de avaliar sua competência, e só se efetivará desde que compreenda que o resultado da competição depende das relações entre

vários fatores como o seu nível de habilidades, o nível de habilidades de seu oponente, a dificuldade da tarefa, o esforço despendido, o estado emocional, entre outros.

Estudiosos afirmam que a capacidade de perceber estas relações complexas se desenvolvem até aproximadamente os 12 anos de idade, significando que crianças menores estarão propensas a fazerem uma avaliação inadequada de sua competência, principalmente nos fracassos (ou derrotas), pois podem perceber as causas de maneira incorreta. Esta avaliação inadequada pode contribuir para o estabelecimento de metas irreais em relação a suas capacidades, podendo conduzir a novos fracassos, a desmotivação e até a desistência da atividade. A capacidade de compreender as relações sociais é fundamental para que a criança tire proveito de experiências em competição. A aquisição desta capacidade de compreensão possibilitará à criança sentir a competição como uma experiência significativa, pois como comenta COAKLEY apud CONCEIÇÃO (1994), a capacidade de competir e a percepção subjetiva da experiência de competição estão baseadas na capacidade de assumir papéis, que os participantes tenham desenvolvido.

A prontidão psicológica e social da criança para o esporte e para a competição só será efetivada quando percebemos que, em seus jogos e brincadeiras, as regras deixam de ser aleatórias e egocêntricas e passam a um estágio de aperfeiçoamento gradativo de cooperação e jogo em grupo. A criança deve ter a capacidade de compreender os seus direitos e necessidades e, também, os dos que a circundam, aprimorando os relacionamentos com mais habilidade e menos agressividade e medo, permitindo-nos supor que já tenha alcançado maturidade psicológica e social suficiente para que possa “enfrentar” outra criança.

2.2.2. Prontidão motora

Ao abordarmos a questão da prontidão motora para o esporte e a competição, é necessário que façamos um breve passeio por algumas das colocações e considerações sobre o processo de desenvolvimento motor, feitas pelos estudiosos. Para isso, abordaremos sobre o Modelo de Desenvolvimento Motor proposto pelo David Gallahue.

GALLAHUE & OZMUN (1995) em seu estudo nos mostra com bastante propriedade que o homem passa por fases e estágios específicos de desenvolvimento motor, conforme progride em seu ciclo de vida. Este processo é ordenado e seqüencial, onde esta seqüência é praticamente

invariável, podendo haver alterações apenas na velocidade em que se processam, de indivíduo para indivíduo. Até aproximadamente os 6/7 anos de idade, o desenvolvimento motor da criança se caracteriza pela aquisição e diversificação de padrões fundamentais de movimento, que perfazem estágios desde uma forma inicial, passando pelo elementar e chegando ao estágio maduro de sua execução. Estes padrões são habilidades básicas de movimento que abrangem a locomoção (andar, correr, saltar, etc.), a manipulação (receber a bola, arremessar, rebater, etc.) e a estabilização corporal (equilíbrio, movimentos axiais, etc.) e, por volta desta idade descrita, a criança deverá ter atingido o estágio maduro de desenvolvimento destas habilidades, acessando, se assim ocorreu, para a fase dos movimentos especializados. Nesta fase o movimento se torna uma ferramenta a ser aplicada em situações quotidianas, tanto de forma recreacional quanto esportiva. Gallahue afirma que dos 7 aos 10 anos ocorre um refinamento e uma diversificação na combinação das habilidades básicas, transformando-se em seqüências de movimentos cada vez mais complexos: dos 11 aos 13 anos a criança passa a um estágio relacionado à aquisição de habilidades específicas, as quais precisam de prática e experiências sistemáticas e organizadas para serem adquiridas, incluindo-se nestas, as variadas habilidades técnicas próprias dos esportes; dos 14 anos em diante o indivíduo poderá fazer sua opção de como praticar suas atividades aprendidas: de forma recreativa ou competitiva, ao longo de sua vida.

Assim, através do modelo de desenvolvimento motor proposto por Gallahue, podemos perceber, aproximadamente, quando as crianças adquirem a sua prontidão motora e qual o momento mais apropriado para o início do trabalho de atividades esportivas a ser desenvolvido com elas.

KREBS (1987) propõe um modelo teórico da especialização motora, nos contemplando com importantes considerações relativas ao tema proposto. Em seu modelo, baseado nas proposições de R.M. Thomas, para a construção de uma teoria, e referenciado no modelo de desenvolvimento motor de Gallahue, estipula quatro fases, as quais a criança deverá passar, no decurso de sua atividade esportiva de escolha. A primeira, denominada *fase da estimulação motora*, caracteriza-se por ser um sistema totalmente aberto, onde não existe erro; o que importa é que a criança vivencie um grande número de movimentos de modo a atingir o estágio maduro dos movimentos fundamentais e chegue ao estágio de transição dos movimentos especializados, propostos por GALLAHUE.

A segunda fase, *fase da aprendizagem motora*, é um sistema parcialmente aberto, onde a criança deverá executar um movimento que requer um plano motor parcialmente definido pelo instrutor, de forma consciente, limitando o número de ações simultâneas do executante. A *fase de prática motora* (sistema parcialmente fechado) determina uma automatização do movimento aprendido, de modo a proporcionar ao executante a liberação da atenção para percepção de outros estímulos que ocorram simultaneamente à ação praticada. A quarta e última fase, *fase da especialização motora* (sistema totalmente fechado), o executante deverá buscar a perfeição no movimento, isto é, deverá atingir altos índices de performance através da dedicação exclusiva à atividade escolhida.

Comparando-se o Modelo Teórico de Desenvolvimento Motor de GALLAHUE com o Modelo da Especialização Motora de KREBS, podemos perceber uma convergência de opiniões referentes à fase adequada na qual as crianças poderiam iniciar a prática de atividades esportivas. Ambos concordam que em um primeiro momento as crianças deverão ampliar suas bases motoras, através da oportunização e diversificação nas experiências de movimento. Com a aquisição de um repertório mais amplo de movimentos corporais de base, haverá um ganho em eficiência, através da instrução e orientação em atividades dirigidas. Aprendendo novas habilidades, a criança as aplicará mais eficiente e controladamente, de modo a permitir-lhe a transferência destas para outras atividades, aumentando assim sua competência motora. Toda essa “bagagem” motora permitirá à criança o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades específicas dos esportes, isto é, seus gestos técnicos característicos, dando-lhe condições de optar pela forma de participação que lhe convier, seja recreativamente, na forma de participação espontânea ou competitivamente, onde se submeterá a uma prática sistemática que visa sempre a melhora na performance para a busca da vitória sobre um oponente.

KREBS (1987) argumenta com bastante propriedade que, embora a especialização motora não seja dependente da idade, parece haver um período, na vida do indivíduo, mais propício para atingí-la.

2.2.3. *Prontidão física e fisiológica*

Em se tratando de crianças, a questão da prontidão física é um fator bastante relevante a ser considerado, visto que o processo de crescimento não está concretizado em sua plenitude. Portanto, esta

prontidão propriamente dita só se dará quando o indivíduo atingir concretamente a fase adulta. Em razão do exposto, discutiremos não a prontidão, mas a questão da influência e da adequação de atividades físicas, que conduzirão a criança a um limiar ótimo de prontidão física e fisiológica para a prática esportiva.

A capacidade da criança de suportar “trabalho” deve ser considerada nesta discussão. Quando adequadamente praticadas, as atividades motoras em geral tornam-se estímulos ideais e necessários para o bom andamento do processo de crescimento e desenvolvimento das crianças. Entretanto, se a busca do rendimento for acentuadamente visada, através de cargas excessivas de trabalho e de exigências de ordem emocional, o processo pode ser prejudicado inclusive no aspecto de danos na própria estrutura corporal, pois normalmente a prática desenvolve-se pelo emprego de seqüências repetitivas de movimento padronizados (de acordo com cada modalidade esportiva), na busca da automatização e aperfeiçoamento, podendo provocar lesões ósseas, articulares e musculares, comprometendo o processo de crescimento.

É de consenso entre os estudiosos que um mínimo de atividade muscular é essencial para a obtenção de um crescimento normal e a atividade protoplasmática dos tecidos. O que esse mínimo representa, em termos de intensidade e duração não está estabelecido, porém certamente decorre de forte impulso para a atividade física que todas as crianças apresentam, que parece ser uma das grandes necessidades da vida.

As crianças hipoativas podem ter prejuízo do seu crescimento, bem como a redução de seus potenciais na fase adulta, tendência à obesidade e níveis altos de risco de doenças arteriais por toda a vida. Mas também, em contrapartida, pode haver problemas físicos e mentais, se a criança desde a idade escolar, for submetida a treinamento físico intenso competitivo.

No que se refere às ações da atividade física sobre o crescimento e desenvolvimento do esqueleto, há aspectos importantes. A forma básica do osso é determinada pela herança genética e está estabelecida embriologicamente na cartilagem. Sabe-se que o comprimento do osso está sob forte controle dos fatores intrínsecos do crescimento e que o diâmetro é muito mais sensível aos fatores ambientais, dentre os quais o exercício físico.

Diversos autores, dentre eles MARCONDES (1988) concluíram

que a função - compressiva e tencional - é o real estímulo para a formação e o crescimento ósseo. Eles sumarizam que:

- a) dentro dos limites de tolerância, aumento das forças de pressão e tensão determina a formação de novo tecido ósseo, desde que atuem sobre superfícies adaptadas para resistir a estas forças;
- b) aumento de pressão e tensão além dos limites de tolerância leva a destruição óssea, através da reabsorção;
- c) sempre que a pressão - contínua - interferir com a circulação sangüínea do osso, haverá uma reabsorção osteoclástica do mesmo;
- d) os citados limites de tolerância não são conhecidos.
- e) a ausência de suporte (gravidade) de peso corpóreo retarda a restauração de ossos fraturados;
- f) pessoas imobilizadas apresentam elevadas perdas urinárias de cálcio e nitrogênio e, conseqüentemente, diminuição da densidade óssea;
- g) o desuso leva, pois, a osteoporose, resultando na afirmativa de que o suporte do peso corpóreo e a contração muscular são importantes para a higidez do esqueleto.

Conclui-se que a compressão energética intermitente, a força da gravidade, o suporte do peso corpóreo e a contração muscular são indispensáveis para o crescimento ósseo adequado, o excesso parece ser prejudicial; os pesquisadores aceitam a premissa: crescimento ósseo e exercício mediado durante o crescimento da criança.

A adequação da quantidade de esforço para a criança deve respeitar severamente o princípio da individualidade, pois em uma mesma faixa etária podemos encontrar diferenças significativas em se falando de capacidade para suportar esforço físico. Ainda, devemos considerar que, se a criança possui prontidão motora para a prática, não significa que esteja pronta, também, em sua estrutura física e fisiológica.

WEINECK apud CONCEIÇÃO (1994) ressalta que a adequação de estímulos (carga de trabalho) resulta em adaptações positivas no nível de aptidão física da criança, mas por outro lado, estímulos em excesso provocam desadaptações que levam a exigências inadequadas dos sistemas e estruturas do corpo, ocasionando prejuízos. Os estímulos devem ser adequados tanto em quantidade como em intensidade, de forma a beneficiar o organismo.

TANI et alii apud CONCEIÇÃO (1994) dizem que a participação de crianças nos esportes pode ter efeitos positivos ou negativos, do ponto de vista fisiológico. Pode ser uma excelente alternativa para a melhoria da aptidão física, para criar hábitos saudáveis e proporcionar, também, a redução de futuros problemas cardiovasculares e outras doenças. Comentam, ainda, que sem pressões externas inadequadas, o organismo da criança responde bem às exigências, mas quando uma resposta “adulta” é requerida, o mesmo não ocorre. O esforço físico exigido no esporte ou na competição deverá corresponder à fase de melhor adaptação orgânica da criança e não provocar estados de fadiga excessiva.

2.2.4. Prontidão cognitiva e moral

No esporte e na competição a regra é a normatização da relação entre dois elementos e a situação esportiva determina que os jogadores devem prometer o respeito a elas, constituindo a condição básica de sua própria existência. Outra característica do esporte e da competição é a exigência da eficácia, determinando que é preciso marcar pontos, ser eficiente e vencer.

Sendo assim, as questões a serem levantadas são: a partir de quando a criança estará em condições de entrar para o esporte e para a competição, sob o aspecto cognitivo e moral? Em que fase a criança terá condições de ter consciência das regras e praticá-las conscientemente? E, a partir de que idade estará apta a desenvolver as habilidades técnicas com eficiência e inteligência suficientes na tomada de decisões imediatas, no jogo, para a efetivação da vitória?

As respostas a estes questionamentos nos mostrarão, sem sombra de dúvida, o momento exato da prontidão cognitiva e moral da criança, para a participação em esportes e competições.

Nos estudos de PIAGET apud CONCEIÇÃO (1994), sobre o juízo moral, torna-se possível à verificação da questão da consciência e da prática das regras. Podemos observar que a compreensão das regras e sua necessidade são um processo evolutivo, o qual determina as condutas da criança frente à situação de jogo e de competição. Nestes estudos Piaget determina que a criança passa por quatro níveis de desenvolvimento da prática das regras e três níveis para a consciência das mesmas, os quais seguem uma hierarquia de desenvolvimento conforme a progressão crescente da criança em seu ciclo de vida e conforme a própria experiência e vivências da criança, na internalização do seu

contexto social e cultural, determinando a absorção das regras e valores, nos aspectos quantitativos e qualitativos. O desenvolvimento moral segue um curso intimamente ligado ao desenvolvimento cognitivo, ou seja, pelo aumento das capacidades cognitivas a criança desenvolverá, também, a capacidade moral, pela maior facilidade de percepção e internalização dos valores e normas sociais do seu ambiente.

Segundo os estudos Piaget apud CONCEIÇÃO (1994) somente por volta dos 11 anos a criança atinge níveis de desenvolvimento razoáveis, em relação à prática e a consciência das regras. Na prática, diz que as crianças chegam no nível de *cooperação nascente*, no qual existe o gosto pela vitória com respeito profundo e rigoroso pelas regras do jogo. E posteriormente chegam ao nível da *codificação das regras*, no qual existe grande interesse pela regra em si e por possíveis estratégias para tirar proveito e vencer dentro do cumprimento da própria regra. Ainda, em relação à consciência das regras, as crianças desta faixa etária chegam ao nível da *obrigatoriedade devido ao consentimento mútuo*, no qual as crianças passam a ter consciência do caráter arbitrário e necessário das regras, sendo estas, resultado da cooperação e aceitação mútua entre os competidores, e sua origem provém de uma convenção social.

Para finalizar a discussão, LIDZ (1983:303) afirma:

As crianças pequenas não têm apreciação real das regras quando procuram divertir-se em jogos: imitam o uso das regras, mas tendem a torcê-las por sua necessidade de vencer. Aos sete ou oito anos não somente aprendem as regras e aderem a elas razoavelmente bem, mas tendem a considerá-las como de gama imutável. As regras são inerentes ao jogo, ou impostas por autoridade superior e não podem ser mudadas por acordo mútuo... A criança pequena decide o que é certo ou errado se a coisa produzir ou não punição. Mais do que a intenção, as conseqüências é que são importantes, de modo que o punido é mau, ao invés de o que é mau é punido. Com a chegada da puberdade as crianças consideram as regras como um tipo de contrato capaz de ser mudado por consentimento, e que a intenção é importante na avaliação da culpa.

2.3. Prós e contras

Neste tópico serão abordados alguns pontos de vista, os quais foram pesquisados com a intenção de determinarmos algumas considerações, tanto positivas quanto negativas, em relação ao tema em questão, ou seja, o esporte e a competição para crianças.

ANDRADE apud BENTO & MARQUES (1991) diz que a

prática desportiva de crianças e jovens não deve reduzir-se só à participação em torneios e campeonatos. Não deverá ser só a prática pela prática. O importante é que toda essa atividade se faça através de um enquadramento de condições, conteúdos e valores educativos e socialmente legítimos. Ainda, diz que deve-se assegurar a maior variedade possível de práticas desportivo-motoras aos alunos.

GOMES apud BENTO & MARQUES (1991) diz que a competição é importante para a criança desde que não se sobreponha ao prazer, nem se transforme no único e fundamental objetivo da atividade. Comenta que a criança tem direito ao esporte e é desportivamente competente desde que se respeite sua predileção e proficiência motora e seu estágio de desenvolvimento; desde que não se pretendam resultados obtidos “contra-natura” ou campeões prematuros. Comenta, ainda, que a questão do rendimento, o desporto, a escola, a família ou a competição por si só, não são boas ou nefastas; são aquilo que cada um e os mais próximos fazem delas. Considera que o rendimento é a expressão de um conjunto de ações intencionais que visam o conhecimento, capacidades acrescidas, poder e saber fazer da melhor forma. Diz que este anseio de superação é próprio do Homem normal e que cada escola ou clube não podem e não devem desconsiderá-lo pelo motivo de falta de tempo, devido à ocupação com os menos talentosos. Considera o auto-rendimento uma categoria didático-pedagógica a perseguir, pois é óbvio e legítimo que a criança se empenhe, se motive e encontre os estímulos necessários para atingir desempenhos mais elevados.

A atividade de competição não comporta nenhum ato pecaminoso; ... Significa para a criança, assim como deverá significar para o educador, auto-avaliação e afirmação, momento de alegria e de encontro com os iguais, festa, cooperação, solidariedade, disciplina, esforço, respeito pelos outros e pelas regras, isto é, desenvolvimento individual e social (GOMES apud BENTO & MARQUES, 1993, p. 515).

PASSER apud CONCEIÇÃO (1994) afirma que a partir de uma perspectiva psicológica, um ponto muito importante a se destacar é que a competição no esporte pode ter efeitos negativos em qualquer idade se as condições forem aversivas.

ROBERTS, KLEIBER & DUDA apud PAYNE & ISAACS (1991) comprovaram que crianças que participaram de atividades esportivas obtiveram escores mais elevados em testes de percepção cognitiva e competência física do que as não participantes.

THOMAS (1983) argumenta que o esporte pode ser um campo de socialização importante para crianças e jovens, quando se aproveitam, pedagogicamente, as múltiplas possibilidades de interação social, e quando se centralizam nos trabalhos pedagógicos não só a performance desportiva, mas também as formas de interação social ligadas à cooperação e à competição.

CARMICHAEL citado por CORSEUIL (1993) relata que, no processo de socialização, as mudanças que ocorrem nas interações entre crianças estão estritamente ligadas às mudanças nas capacidades sensório-motoras, às habilidades cognitivas e ao desenvolvimento dos controles de impulso. Também citados por CORSEUIL (1993), GARRISON e colaboradores afirmam que, na dinâmica grupal, as escolhas espontâneas dos amigos na infância são baseadas nas habilidades físicas e motoras e nas condições intelectuais percebidas nos companheiros. Sendo assim, se em um programa de atividades esportivas para crianças forem observadas certas adequações e considerados alguns procedimentos que enfoquem valores como a cooperação, a amizade, o respeito às limitações dos outros e de si próprio, obviamente o esporte será um meio positivo e eficiente para a formação integral das crianças, nos seus domínios sócio-afetivo, motor e cognitivo.

3. Considerações finais

Torna-se importante e conveniente propor este tópico de discussão em decorrência de já termos vivenciado o esporte competitivo entre escolares na faixa etária dos 9/10 anos de idade, durante bastante tempo. Com conivência, participávamos na organização, planejamento e execução de torneios, conforme os típicos torneios e campeonatos oficializados, que são mostrados pelos meios de comunicação e, também presenciados ao vivo, nas diversas modalidades esportivas.

Lembramos das “emocionantes” solenidades de abertura, nas quais as autoridades presentes discursavam eloqüentemente, desejando uma boa participação a “todos” os atletas e, ao mesmo tempo, felicitando “alguns”, antecipadamente, com os dizeres “que vença o melhor”, instigando a busca pela vitória. Simultaneamente, professores/ técnicos tentavam acalmar e silenciar seus atletas nervosos e ansiosos, não pelo momento solene, mas pela hora de entrar para a quadra e jogar, independente do resultado. Fizemos tal comentário pelo fato de perceber

que as crianças motivam-se mais pelo jogo em si, pelo momento de enfrentar o oponente. E que só permanecem presentes por pura imposição, sem muito interesse no que acontece ou no que dizem.

Os “moldes adultos” destas competições nos mostraram a necessidade de discutirmos e adotarmos possíveis modificações e adaptações que pudessem ser feitas para que realmente transformassem os eventos em momentos de maior integração grupal, de convivência alegre e saudável e com menos caráter competitivo. Modificações das regras, adaptações no espaço de jogo, entre outras, puderam mostrar às crianças a possibilidade de mudanças mesmo em coisas já estabelecidas e que, com aprovação e concordância de todos, poderiam funcionar tão bem quanto antes. A motivação é bastante melhorada quando a criança consegue valorizar o aspecto lúdico das atividades e não somente o competitivo.

Nos posicionar contra ou a favor da temática em questão pode ser pretensioso de nossa parte. Não definir nenhum posicionamento pode comprometer o nosso entendimento e minha capacidade de discorrer sobre o tema, bem como comprometeria o próprio objetivo deste artigo. Estudos foram citados, pontos de vista distintos mostrados, ora em defesa ora em contestação; todos as colocações parecem ser fundamentadas e respaldadas por pesquisas e muito estudo. E é neste caminho que pretendemos andar, na busca de respostas às nossas dúvidas.

Consideramos a prática esportiva como um elemento talvez insubstituível para o desenvolvimento e aquisição de experiências e habilidades motoras de crianças, desde que não seja considerada um fim em si mesma, e sim um meio de contribuição na formação integral da pessoa humana. A competição é uma característica inerente que também pode trazer benefícios quando desenvolvida sem interesse excessivo na vitória. Em seu próprio cotidiano a criança normalmente está competindo, seja consigo mesma, na resolução de um problema, ou com os outros, tentando afirmar seus pontos de vista e demonstrar suas habilidades e competências.

Atividades esportivas competitivas até podem ser desenvolvidas com crianças bastante jovens, desde que tenhamos consciência de que neste momento da vida, nesta fase de desenvolvimento elas carecem constantemente de instrução, orientação, supervisão e estimulação. Faz-se imprescindível buscarmos a conciliação entre as reais demandas destas atividades com o estágio de desenvolvimento da criança, pois com esta perspectiva poderemos facilmente reconhecer se elas realmente estão

prontas para participar, no sentido de possuírem conhecimentos, capacidades e habilidades necessárias.

Como considerações finais deste artigo, afirmamos que a prática de esportes e as competições para crianças devem respeitar diversos princípios inerentes ao próprio curso de crescimento e desenvolvimento do ser humano.

Toda e qualquer atividade a ser desenvolvida com criança deve, primordialmente, estar embasada na determinação das características de desenvolvimento das mesmas e na compreensão de suas necessidades, possibilidades e expectativas para com o processo. Devemos encarar as primeiras etapas do aprendizado esportivo como momentos de vastas condições para a formação integral das crianças; momentos de preparação e estabelecimento de bases sólidas para o futuro, e não para o imediato; devemos priorizar a diversificação de oportunidades de movimentos e habilidades naturais em lugar da estereotipação de gestos técnicos específicos, próprios dos esportes.

Como nos coloca SAMULSKI (1992, p.91):

O desenvolvimento integral da criança (motor, cognitivo, social, motivacional e emocional) deve ser considerado em primeiro lugar e não objetivar unilateralmente o desenvolvimento do rendimento motor esportivo e a otimização da performance.

Se assim proceder, isto é, se considerarmos todos os fatores comentados, como a motivação da criança, sua prontidão em todos os seus aspectos e, ainda, as próprias condições externas para a sua participação nas atividades, fazendo com que adquira os conhecimentos e habilidades inerentes ao esporte, obviamente estaremos contribuindo para a sua formação global, direcionando-a para o futuro com perspectivas positivas para um estilo de vida alegre e saudável.

Referências Bibliográficas

- BENTO, J.; MARQUES, A. **A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem**. Porto, Portugal: Gráfica da Universidade do Porto, (1991).
_____. **As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva**. Porto, Portugal: Gráfica da Universidade do Porto, (1993).
CONCEIÇÃO, J.A.N. (Org.). **Saúde Escolar: A Criança, a Vida e a Escola**. São Paulo: Sarvier, (1994).

- CORSEUIL, H.X. **Perfil Psicossocial de Escolares de 4ª Série das Redes Particular e Pública do Município de Agudo - RS.** Monografia. Universidade Federal de Santa Maria, (1993).
- CRATTY, B.J. **Psicologia no Esporte.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, (1984).
- GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.G. **Understanding Motor Development: Infants, Children, Adolescents, Adults.** Madison: Brown & Benchmark, (1995).
- KREBS, R.J. **Early Sport Specialization: A Conceptual and Comparative Study Assessing Attitudes of Brazilian Professionals and College Students in Sport Related Disciplines.** The University of New Mexico. Albuquerque. (1987)
- LIDZ, T. **a Pessoa. Seu Desenvolvimento Durante o Ciclo Vital.** Porto Alegre: Artes Médicas. (1983)
- MARCONDES, E. **Crescimento da Criança: Fatores Ambientais do Crescimento. Monitorização do Crescimento. IN: O Desafio da Formação Infantil.** I Congresso de Educação Pré-Escolar dos Países do Cone-Sul. Anais, p.277-312, 1988.
- PAYNE, V.G.; ISAACS, L.D. **Human Motor Development: A Lifespan Approach.** Mountain View: Mayfield Publishing Company. (1991)
- SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte.** Belo Horizonte: Imprensa Universitária UFMG. (1992).
- THOMAS, A. **Esporte: Introdução à Psicologia.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. (1983).